

Uma vida aquém da sonhada, uma escola aquém da almejada!

*Quando vim da minha terra
não vim, perdi-me no espaço,
na ilusão de ter saído.
Ai de mim, nunca saí.
Lá estou eu, enterrado
por baixo de falas mansas,
por baixo de negras sombras,
por baixo de lavras de ouro,
por baixo de gerações,
por baixo, eu sei, de mim mesmo,
este vivente enganado,
enganoso.*

*Carlos Drummond de Andrade
(A Ilusão do Migrante)*

As palavras de Carlos Drummond de Andrade têm vida entre as massas de errantes que se perdem no espaço, atravessando cercas ou seguindo a correnteza do rio, iludindo-se tão facilmente quanto se desiludindo, enganando a si mesmos que a vida vai melhorar, no mais obscuro real. O problema é que não são apenas palavras de um poeta, são vidas! Vidas que partem, se perdem pelo caminho, se transformam, se acomodam ou se rebelam.

O presente dossiê dá visibilidade à concretude destas vidas, mais do que isso, procura compreendê-las, contextualizá-las e apreender os processos históricos e sociais geradores de uma crescente massa de trabalhadores que já não consegue mais produzir seus meios de subsistência, lançando-se para outros lugares e setores de produção. Tornam-se estrangeiros, estranhos, intrusos, “os de fora”.

Os migrantes revelam o que há de mais perverso no processo de expropriação e exploração inerente às relações sociais capitalistas. Expulsos de seu local de trabalho, terra, moradia, modo de vida, língua, escola, expropriados dos meios de subsistência em seu lugar de origem, constituem uma população supérflua no lugar de destino, com chance cada vez menor de ser absorvida, o que configura um “quadro de eterna itinerância”, nos termos de Maria Aparecida Moraes Silva (1999). Há ainda os clandestinos, ou indocumentados, como uma “reserva da reserva”, segundo Pietro

Basso e Fabio Perocco (autores deste dossiê), em referência ao conceito desenvolvido por Marx de exército de reserva.

A migração temporária ou sazonal é mais recorrente entre jovens que se deslocam sozinhos, sem família, completamente disponíveis para o trabalho e suas longas jornadas, como pássaros que vão e vem. O que mais se exige destes trabalhadores é a flexibilidade, adaptabilidade ou capacidade de submeter-se ao “novo”. Outro aspecto diz respeito à naturalização da perda dos direitos trabalhistas com a flexibilização da legislação, ou ainda a impossibilidade de reclamar direitos. Além do apontando, o espantoso aumento dos movimentos migratórios em âmbito nacional e internacional, bem como os pedidos de refúgio, marcam o fenômeno na atualidade.

O preconceito, a discriminação, a violência, não tão novos, são utilizados como formas de negação da identidade do sujeito, o qual passa a ser considerado um intruso, alguém que ameaça a ordem, um perigo para os autóctones. No contexto da pandemia da COVID-19 essa situação se agrava, visto que as condições de produção e reprodução da vida do migrante o tornam mais vulnerável ao contágio do vírus. Frequentemente eles estão ocupados em trabalhos de reprodução social, particularmente as mulheres, no cuidado de idosos, de pessoas doentes, no ramo da alimentação e limpeza. Também é frequente a ocupação dos migrantes na construção civil e na agricultura. Para poderem arcar com os altos custos dos aluguéis moram aglomerados e alimentam-se mal e de forma irregular. Além disso, a falta de assistência à saúde, associada ao medo dos imigrantes de serem deportados, faz com que muitos não procurem assistência médica. Enfim, a pandemia mundial revela que nesta sociedade uma vida vale mais do que outra, dependendo da classe, local de origem, etnia, raça ou gênero.

Para compreender os determinantes da reprodução da vida da classe trabalhadora, lançamos mão do estudo de Francisco de Oliveira intitulado *A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital*, de 1976. Considerando que o conteúdo fundamental da produção capitalista é a valorização do valor, esta requer a existência e a reprodução ampliada de uma população para o capital – a força de trabalho. Oliveira explica como a produção de mercadorias produz a população por meio dos conceitos de mortalidade e fertilidade, unificando-os dialeticamente sob o conceito de “gasto de trabalho”.

A mortalidade, segundo Oliveira, é um gasto de trabalho na medida em que a produção de mercadorias consome forças de trabalho. Tal consumo é irreparável, visto a apropriação do trabalho não-pago e o fato do produto do trabalho constituir-se como

pressuposto para a continuação do processo. Fisicamente, ele será irreparável na medida em que o salário estiver abaixo do custo de reprodução. Em consequência, a taxa de mortalidade depende da intensidade da exploração. Já a fertilidade responde pela reposição de uma das reservas da força de trabalho.

A produção dos homens condicionada pela produção de mercadorias e seu desdobramento natural, a produção de mais-valor, evidencia-se na expressão “capitalismo vagabundo”, conforme desenvolvida por Cindi Katz ao se referir à produção capitalista globalizada, uma produção descompromissada com os lugares e seus habitantes.

A expressão capitalismo vagabundo conecta a errância e o abandono ao capitalismo – este, assediador do mundo, disperso, dissoluto, irresponsável – além de também abordar uma ameaça: uma produção capitalista crescentemente global pode abandonar muitos dos seus típicos compromissos com o lugar, mais centralmente aqueles associados com a reprodução social que é, quase sempre, menos móvel do que a produção. No pior dos cenários, esse descompromisso lança pessoas à errância; no melhor, leva-as a lutar para garantir os bens materiais e as práticas sociais relacionadas com a reprodução social. (KATZ, 2019, p. 437)

A autora aborda os principais aspectos da reprodução social - político-econômicos, culturais e ambientais - os quais estão intimamente interligados. A educação, e particularmente a escola, pode ser observada no aspecto político-econômico, enquanto espaço de interiorização dos valores, da moralidade, da ética capitalista, assim como espaço de aprendizagem de conhecimentos e habilidades para o trabalho que mantém e reforça a diferença de classe e contribui com a manutenção e a adaptação às instituições e reprodução das relações sociais estruturantes da sociedade contemporânea. A educação também compõe os aspectos culturais, enquanto formas e práticas de aquisição do conhecimento não só relacionada ao trabalho, mas ao aprendizado de inserção na vida social, aos valores e práticas compartilhados nos grupos, ao processo de se tornar membro de uma cultura.

As implicações para os migrantes, de acordo com Katz (2019), são as seguintes: migração incentivada de algumas culturas; desenraizamento cultural dos migrantes; naturalização da exploração; interesse do capital na homogeneização e padronização tornando indistintas as diferenças culturais; associação a um grupo para sobreviver no novo local; e preconceitos que se criam em relação aos migrantes e seus modos de vida. Por fim, no que diz respeito aos aspectos ambientais, estes têm implicações em relações sociais que estimulam a produção em um lugar com força de trabalho migrante produzida em outro lugar. Sem contar que os custos da degradação ambiental geralmente são levados para longe de onde se acumulam os maiores benefícios.

A educação está intimamente ligada ao processo de reprodução social. A mercadoria especial “força de trabalho” é produzida e reproduzida fora do local de trabalho, no espaço da família, da escola, da comunidade. Espaços estes em que temos pouco controle e dizem respeito ao número de filhos, ao tempo para cuidá-los, creches e escolas para enviá-los, ter um salário decente para sustentá-los, entre outros aspectos. Uma sociedade de classes se reflete em espaços de reprodução humana desiguais, como é o caso da oferta de escolas e socialização de conhecimentos. Observa-se a diferenciação entre as escolas privadas e públicas, as do centro e da periferia ou do meio rural e urbano, entre os turnos escolares (diurno e noturno) e entre a escola regular e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. O racismo e preconceito em relação aos trabalhadores, migrantes e negros é observado não apenas no mercado de trabalho, mas também na esfera da reprodução social, na medida em que as escolas contribuem para a formação e manutenção de níveis diferenciados de força de trabalho e para a proliferação do racismo.

Os artigos que compõem este dossiê revelam tais problemáticas. Os obstáculos para a educação e escolarização das crianças, jovens e adultos migrantes são enormes. Dizem respeito ao preconceito de origem geográfica e de classe. São de ordem cultural e linguística, remetem à discriminação em relação à cultura, língua, sotaque, traços físicos, hábitos, etc. Exige-se dos migrantes a resiliência, adaptação e negação daquilo que constitui a sua identidade.

Os estudos também fazem alusão às condições objetivas que determinam a necessidade de migrar para tentar garantir a subsistência do trabalhador e sua família, que determinam o lugar de destino do migrante e as condições de vida e de trabalho que terão no novo local, condições estas que propiciam ou travam as possibilidades de estudo dos próprios migrantes e de seus filhos.

Em geral, o percurso escolar da classe trabalhadora migrante é permeado por interrupções, seja pela necessidade imperativa de trabalhar (incluindo o trabalho doméstico) e a conseqüente dificuldade de conciliar trabalho e estudo ou pelos deslocamentos durante o período letivo, rotatividade de escolas e ausência de documentação escolar. Ou ainda pelas reprovações e defasagens idade-série geradas pela frequência insuficiente, o que afeta a aprendizagem de conteúdos escolares complexos que exigem regularidade, sistematicidade e sequência didática. Considerando que as escolas reproduzem os antagonismos de classe e os preconceitos e discriminações construídos em relações sociais desiguais, estas pouco avançam na

integração dos estudantes migrantes e na criação de espaços e ambientes que compartilham culturas, conhecimentos, línguas e modos de vida.

Estas e outras questões são abordadas neste dossiê, num esforço teórico-metodológico de apreensão de um fenômeno real em suas múltiplas determinações. E, especialmente, de mirar tal fenômeno – a migração – na perspectiva educacional, a qual ainda se mostra tímida nos estudos sobre o tema.

Os artigos aqui presentes foram elaborados por pesquisadores de diferentes instituições do país e do exterior, os quais problematizam a realidade de imigrantes nacionais, regionais (no âmbito da América Latina) e internacionais, considerando suas trajetórias de vida e de escolarização. A partir de singularidades, revelam as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora na atualidade.

Iniciamos apresentando os artigos que abordam as migrações nacionais, as quais desnudam as grandes desigualdades sociais, regionais e escolares que marcam a história do Brasil. Sauloéber Tarsio de Souza, no artigo **Vidas escolares entrecruzadas por itinerários migratórios: cultura e identidade de nordestinos no Triângulo Mineiro**, dá visibilidade a vidas ligadas a um dos episódios do maior processo migratório da história brasileira: os fluxos originados dos estados da região nordeste. A análise em perspectiva sócio-histórica enfoca brevemente a história da região do Triângulo Mineiro e a presença do migrante nordestino nela, abordando a saída em massa do meio rural, a partir dos anos de 1950, e a migração temporária, a partir dos anos de 1980. O autor observa que as trajetórias migratórias dos nordestinos tiveram grande impacto em suas vidas escolares no Triângulo Mineiro.

As pesquisas desenvolvidas por Ana Carolina Gonçalves Leite em distintas comunidades rurais subsidiam o artigo intitulado **Mobilização do trabalho e escolarização no processo de modernização em comunidades rurais no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil)**. Ele oferece uma chave interpretativa para pensar no sentido da escolarização no processo migratório, bem como no sentido da migração no processo de modernização, a partir do problema conceitual da mobilidade do trabalho e de referências históricas da modernização no que veio a se estabelecer como a região do Vale do Jequitinhonha e no Brasil como um todo. A autora observa que a escolarização, antes de aparecer ligada à migração, aparece relacionada à necessidade de obter rendimentos monetários, a partir do que emerge a necessidade do trabalho assalariado e, por sua vez, também da migração.

No artigo **Migração, trabalho e escolarização de jovens em diferentes percursos escolares**, as autoras Célia Regina Vendramini, Claudia Janet Cataño

Hoyos, Janaína Goulart Oliveira de Queiroz e Larissa do Livramento Pereira analisam as contradições em torno da condição do trabalhador-estudante, considerando a permanência, expulsão e retorno à escola. Para tal, consideram o percurso escolar de estudantes migrantes que frequentam o ensino médio regular e trabalham; de jovens trabalhadores temporários da construção civil, os quais apresentam baixa escolarização e interromperam os estudos; e de estudantes que retomaram o processo de escolarização na Educação de Jovens e Adultos. As autoras observam que a migração da classe trabalhadora é um fenômeno intrínseco aos processos de expropriação e exploração da sociedade moderna, e que o percurso escolar dos jovens migrantes se caracteriza pela permanente tensão entre expulsão e integração, como reflexo do movimento de expulsão e incorporação do mercado de trabalho.

Para finalizar o bloco dos artigos que abordam as migrações internas, temos o estudo acerca da **Migração intermunicipal de estudantes do ensino básico do Brasil entre 2007 e 2015**. O objetivo principal dos autores - José Irineu Rangel Rigotti, Bruna Atayde Signorini e Renato Moreira Hadad - é contribuir para a compreensão da relação entre os principais fluxos migratórios intermunicipais e o fluxo escolar de estudantes do ensino médio no Brasil, das escolas públicas e privadas. O estudo revela que os padrões migratórios diferem entre estudantes promovidos, repetidos e evadidos. De acordo com os autores, a escolaridade está entre os atributos mais importantes para a explicação e predição das componentes demográficas, como a fecundidade, a mortalidade e as migrações.

Para abordar a migração no âmbito da América Latina, o Dossiê conta com dois artigos, um que aborda a migração latino-americana na Argentina e outro sobre o fluxo migratório de bolivianos para a cidade de São Paulo /Brasil. No artigo **Experiencias formativas y migración latinoamericana: aportes de la etnografía a una perspectiva intercultural en educación**, Maria Laura Diez relaciona as formas subordinadas de inclusão educativa com as experiências formativas de crianças e jovens migrantes em distintos espaços formativos, não reduzidos ao escolar. O estudo se inscreve no campo da antropologia e educação, tematizando a questão da interculturalidade e problematizando acerca da transmissão de saberes e referências de identidade étnica e nacional entre distintas gerações. A autora debate as tensões entre diferentes sentidos da educação com base nas categorias etnia e nacionalidade, as quais permitem compreender as experiências interculturais de vida e formação em contextos migratórios.

Janaina Silva Gondin e Ana Keila Mosca Pinezi abordam o fluxo migratório de bolivianos para a cidade de São Paulo, o grupo estrangeiro mais representativo nas escolas públicas da capital paulista. Em seu artigo **Língua, identidade e alteridade: um estudo sobre as relações entre alunos brasileiros e bolivianos em uma escola paulistana**, a língua é considerada um elemento que organiza a identidade e classifica a alteridade entre os estudantes no espaço da escola. Segundo as autoras, a língua torna-se não apenas um veículo de comunicação, mas a maneira pela qual o outro, neste caso o aluno migrante boliviano, é estereotipado a partir de sua condição social, seus hábitos sociais e o lugar que tem no imaginário da sociedade em que se inseriu. A análise aponta que a língua é vista por professores e alunos brasileiros como um defeito da cultura dos estudantes bolivianos. Sendo assim, a prática escolar baseia-se na ideia de adaptação dos bolivianos ao ambiente escolar, pensado como homogêneo e homogeneizante, contrária à perspectiva da educação intercultural.

Os dois últimos artigos do dossiê se referem aos imigrantes e refugiados. Lya Amanda Rossa e Marilda Aparecida Menezes, no artigo **Entre Kinshasa, Luanda e São Paulo: migração e educação nas trajetórias de solicitantes de refúgio angolanas no Brasil**, apresentam as trajetórias educacionais e familiares de um grupo de mulheres angolanas em São Paulo, as quais partilham de trajetórias migratórias entre Angola e República Democrática do Congo (RDC). As autoras tecem reflexões sobre processos migratórios permeados por questões históricas e políticas, os quais evidenciam não apenas a permanência de dinâmicas educacionais coloniais e disparidades de gênero no acesso à escola, como também os impactos da mobilidade humana no acesso à educação e inserção profissional, que engendram tanto a sua exclusão linguística quanto o não reconhecimento de suas habilidades e certificações profissionais, situação que reforça a sua posição como migrantes/refugiadas africanas no mercado de trabalho brasileiro.

Iniciamos a apresentação com artigos que abordam o contexto nacional e encerramos ampliando o campo de análise, trazendo um estudo sobre a migração desde a Europa, a partir do estudo dos pesquisadores italianos Pietro Basso e Fabio Perocco. O artigo **Immigrazione e trasformazione sociale dell'Europa: una svolta epocale e le sue prospettive** está publicado na língua original e também conta com a tradução para o português¹ (**Imigração e transformação social da Europa: a reviravolta de uma época e as suas perspectivas**). Os autores revelam o intenso processo de transformação demográfica, social e cultural desde o pós Segunda Guerra Mundial.

¹ O artigo foi traduzido por Ana Carolina Ostetto.

Observam que, na última década, a imigração se transformou numa questão essencialmente de ordem pública, uma questão militar. Nas escolas, por exemplo, intensificam-se as pressões para trazer temas militares e chauvinistas, para que se constituam em centro de difusão do racismo institucional. Destacam nas políticas dos governos europeus e de instituições internacionais o esforço para alargar as migrações temporárias, com trabalhadores sazonais, sem família, com pouca ligação com a sociedade de chegada e pouco conhecimento do território que autocomprimem as suas próprias necessidades de socialização dando por certo o caráter provisório da sua presença. Com isso, cresce o exército de trabalhadores migrantes com disponibilidade absoluta da própria capacidade de trabalho por um tempo delimitado.

Este exército de trabalhadores, que se move para diferentes direções e as condições objetivas e subjetivas subjacentes, é apreendido com base em estudos que produziram valiosos dados empíricos e análises sobre o trabalhador migrante, a educação e as características do processo de reprodução desta força de trabalho na atualidade. São textos que se pautam no real. Um real com múltiplas determinações, marcado pela expropriação e exploração, violência, expulsão da escola, trabalho precário, discriminação e opressão, preconceito de origem geográfica e de classe. Em suma, uma vida rebaixada, sofrida, exaurida, enganada, uma vida muito aquém da vida sonhada. Como nos dizem Basso e Perocco, “ou voltamos a um modelo de sociedade e Estado baseado na mais brutal opressão ‘racial’ e de classe, ou vamos para frente para uma sociedade definitivamente liberada dessas e outras formas de opressão.”

Referências

SILVA, Maria Aparecida de Moraes Silva. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

KATZ, Cindi. Capitalismo vagabundo e a necessidade da reprodução social. *GEOUSP (Online)*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 435-452, mai/ago 2019.

OLIVEIRA, Francisco. *A produção dos homens*: notas sobre a reprodução da população sob o capital. 1976.

Organizadora

Célia Regina Vendramini
(UFSC)

